



INTERNACIONALIZAÇÃO PME



2017

www.mentorgest.pt

ÍNDICE

A MentorGest	3
Serviços MentorGest no âmbito do Portugal 2020.....	5
Internacionalização PME.....	6
1. Objetivo	6
2. Âmbito Setorial	6
3. Principais Despesas Elegíveis	6
4. Despesas Não Elegíveis	7
5. Critérios para a Elegibilidade dos Beneficiários	7
6. Critérios para a Elegibilidade dos Projetos.....	9
7. Incentivo	10

A MENTORGEST

A **MentorGest** é uma empresa fundada em 2005.

Oferecemos um serviço global de consultoria de gestão e contabilidade adaptado às suas necessidades concretas.

A nossa equipa está sempre focada em encontrar as melhores soluções para o cliente, visando a criação de valor e o crescimento dos seus negócios.

Em que áreas trabalhamos

Contabilidade

Prestamos em tempo útil informação financeira rigorosa sobre o desempenho e situação do seu negócio, de acordo com as suas necessidades específicas. É um instrumento fundamental para a sua gestão.

Fiscalidade

Tratamos em tempo oportuno das obrigações fiscais do seu negócio. Somos proactivos na análise da tomada de medidas de eficiência fiscal, aproveitando deduções, isenções ou benefícios fiscais em vigor. Entendemos que minimizar impostos equivale a mais dinheiro para investir no seu negócio.

Gestão Administrativa dos Recursos Humanos

Os nossos serviços asseguram-lhe o processamento dos salários dos colaboradores, o cumprimento de todas as obrigações legais e o esclarecimento com prontidão a todas as questões práticas necessárias à eficiente gestão dos recursos humanos.

Outsourcing de Serviços Financeiros

Disponha de uma equipa de profissionais especializados que tratam da execução e controlo dos processos da função financeira da sua empresa.

Prestamos os serviços centralizados nas nossas instalações ou na sua empresa. Adaptamo-nos às necessidades concretas e dimensão da sua empresa, asseguramos o funcionamento eficiente do departamento financeiro e administrativo.

Empreendedorismo - Startups e Planos de Negócios

Damos apoio na criação do seu negócio, à constituição da empresa e entrada no mercado.

O seu Plano de Negócios estabelece os seus objetivos e a melhor estratégia para alcançá-los. Constitui a base de apresentação do seu negócio a financiadores, a entidades gestoras de sistemas de incentivos e outros parceiros. O nosso empenho é contribuirmos para o seu sucesso.

Sistemas de Incentivos – Portugal 2020

Enquadramos o seu projeto no Portugal 2020, desenvolvemos o Plano de Negócios, elaboramos a candidatura, acompanhamos a gestão da execução financeira.

Consultoria de Marketing

Estratégia de Marketing e Comunicação | Planos de Marketing | Apoio na Gestão de Marcas | Marketing Digital | Publicidade Online: Adwords e Redes Sociais | Identidade Corporativa | Análises de Mercado | Formação em Marketing & Vendas.

O que pode esperar como nosso cliente

Um parceiro de confiança

Trabalhamos com entidades de diversos sectores de atividade, dimensão e natureza.

Construímos com cada cliente uma relação duradoura baseada na confiança mútua e na colaboração permanente. O nosso compromisso é o de contribuirmos para o seu crescimento.

A nossa principal função é prestar serviços de consultoria a pequenas e médias empresas com ambições no mercado.

www.mentorgest.pt

<https://www.linkedin.com/company/mentor-gest>

SERVIÇOS MENTORGEST NO ÂMBITO DO PORTUGAL 2020

- Enquadramento do Projeto
- Elaboração do plano de negócio (*business plan*)
 - Diagnóstico Estratégico
 - Plano de Marketing
 - Análise de Viabilidade Económico-Financeira
- Submissão e defesa da Candidatura
- Elaboração da Candidatura
- Acompanhamento pós-aprovação (durante a execução do projeto)
- Serviços no âmbito dos Vales Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização
- Somos Entidade Acreditada para prestar serviços no âmbito dos Vales.



Onde Estamos

Av Infante Dom Henrique 333h
Edifício Lisboa Oriente Escritório 13
1800-282 Lisboa

Tel: 218 511 579

Fax: 218 511 581

www.mentorgest.pt

<https://www.linkedin.com/company/mentor-gest>

INTERNACIONALIZAÇÃO PME

1. OBJETIVO

Apoiar projetos de promoção da internacionalização através dos seguintes domínios:

- Conhecimento de mercados externos
- Economia digital
- Desenvolvimento e promoção internacional de marcas
- Prospeção e presença em mercados internacionais
- Marketing internacional
- Novos métodos organizacionais no relacionamento com mercados externos
- Certificações específicas para mercados externos.

2. ÂMBITO SETORIAL

São elegíveis os projetos inseridos em todas as atividades económicas, com especial incidência para aquelas que visam a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis ou contribuam para um melhor posicionamento na cadeia de valor dos mesmos e não digam respeito a serviços de interesse económico geral.

3. PRINCIPAIS DESPESAS ELEGÍVEIS

- Aquisições para aplicação de novos métodos organizacionais
- Participação em feiras e exposições no exterior (expositor ou visitante)
- Missões de importadores
- Campanhas e ações de marketing para mercados externos
- Custos com TOC/ROC
- Assistência técnica, estudos, diagnósticos e auditorias
- Custos com a entidade certificadora e com a realização de testes laboratoriais
- Economia digital e TIC (inclui marketing digital)
- Criação de novas marcas ou coleções
- Obtenção, validação e defesa de patentes ou outros custos de propriedade industrial
- Formação de recursos humanos
- Contratação de recursos humanos altamente qualificados (mínimo: licenciatura)

4. DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

São consideradas despesas não elegíveis as seguintes:

- Custos normais de funcionamento do beneficiário e investimentos de manutenção e substituição, bem como os custos relacionados com atividades de tipo periódico ou contínuo como, publicidade corrente, despesas de consultoria fiscal de rotina e serviços jurídicos e administrativos;
- Custos referentes a investimentos diretos no estrangeiro;
- Custos referentes a atividades relacionadas com a exportação, nomeadamente os diretamente associados às quantidades exportadas, à criação ou funcionamento de redes de distribuição no exterior ou a outros custos correntes ligados à atividade de exportação;
- Trabalhos da empresa para ela própria;
- Pagamentos em numerário, efetuados pelos beneficiários aos seus fornecedores, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a 250 euros;
- Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis do projeto;
- Compra de imóveis, incluindo terrenos;
- Trespasse e direitos de utilização de espaços;
- Aquisição de bens em estado de uso;
- Imposto sobre o valor acrescentado recuperável ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- Aquisição de veículos automóveis, aeronaves e outro material de transporte ou aeronáutico, à exceção das despesas previstas no setor do turismo;
- Juros durante o período de realização do investimento;
- Fundo de maneo;
- Transações entre entidades, beneficiários e promotores, nos projetos;
- Custos na área produtiva ou operacional.

5. CRITÉRIOS PARA A ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

- Estarem legalmente constituídos;
- Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;

- Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO ou PDR e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- Apresentarem uma situação económico -financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- Não deterem nem terem detido capital numa percentagem superior a 50 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus;
- Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- Não ser uma empresa em dificuldade, ou seja, uma empresa à qual se verifica, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:
 - No caso de uma empresa que exista há três ou mais anos, se mais de metade do seu capital social subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas, ou seja quando a dedução das perdas acumuladas das reservas e de todos os outros elementos geralmente considerados como uma parte dos fundos próprios da empresa, conduza a um montante cumulado negativo que excede metade do capital social subscrito;
 - Sempre que a empresa for objeto de um processo coletivo de insolvência ou preencher, de acordo com o respetivo direito nacional, os critérios para ser submetida a um processo coletivo de insolvência a pedido dos seus credores;
 - Sempre que uma empresa tiver recebido um auxílio de emergência e ainda não tiver reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiver recebido um auxílio à reestruturação e ainda estiver sujeita a um plano de reestruturação;
- Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação;
- Declarar que não tem salários em atraso;
- Cumprir os critérios de PME;

- As empresas apresentem um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15 (no caso de projetos individuais);
- Ter concluído os projetos anteriormente aprovados ao abrigo da mesma tipologia de projetos, exceto para a modalidade de candidatura projetos conjuntos.

Nota: Os critérios de elegibilidade dos beneficiários devem ser reportados à data da candidatura.

6. CRITÉRIOS PARA A ELEGIBILIDADE DOS PROJETOS

- Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos, não podendo incluir despesas anteriores à data da candidatura, à exceção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com o projeto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição e das despesas relativas aos estudos, desde que realizados há menos de um ano;
- No caso da modalidade de candidatura projeto individual, ser sustentado por uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio em que se insere, diagnostique a situação da empresa nestas áreas críticas e fundamente as opções de investimento consideradas na candidatura;
- Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento da parcela de investimento total não coberta pelo financiamento público;
- Demonstrar o efeito do incentivo, que se encontra demonstrado sempre que o beneficiário tenha apresentado a candidatura em data anterior à data de início dos trabalhos relativos ao projeto;
- Ter uma duração máxima de execução de 24 meses, exceto em casos devidamente justificados;
- Demonstrar, quando integrar ações de formação profissional, que o projeto formativo se revela coerente e consonante com os objetivos do projeto, cumpre os normativos estabelecidos no âmbito dos incentivos à formação profissional, e não inclui ações de formação obrigatórias para cumprir as normas nacionais em matéria de formação;
- Iniciar a execução do projeto no prazo máximo de seis meses, após a comunicação da decisão de financiamento;
- Não incluir as mesmas ações em projetos conjuntos e em projetos individuais.

Nota: Quando o projeto se inserir numa nova atividade económica o beneficiário tem de demonstrar, na conclusão do mesmo, a existência de volume de negócios associado a essa atividade.

7. INCENTIVO

- Tipo: a Fundo Perdido (não reembolsável)
- Taxa: 45% (sobre as despesas elegíveis); 40% (sobre as despesas elegíveis) no caso de Lisboa.

Exceções:

- Custos elegíveis de formação profissional, em que a taxa base de incentivo é de 50%, acrescida das seguintes majorações quando aplicável, não podendo, em qualquer caso, a taxa global ultrapassar os 70%:
 - Em 10 p.p. se a formação for dada a trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos;
 - Em 10 p.p. se o incentivo for concedido a médias empresas e em 20 p.p. se for concedido a micro e pequenas empresas.
- Custos elegíveis com a contratação de recursos humanos altamente qualificados nas empresas em que a taxa base de incentivo é de 50%.

mentorGEST
contabilidade, apoio à gestão e investimentos



Onde Estamos

*Av Infante Dom Henrique 333h
Edifício Lisboa Oriente Escritório 13
1800-282 Lisboa*

Tel: 218 511 579

Fax: 218 511 581

www.mentorgest.pt

<https://www.linkedin.com/company/mentor-gest>

mentorGEST
contabilidade, apoio à gestão e investimentos